



MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Coordenação-Geral de Identificação e Reconhecimento

Ofício N° 312/2022/CGID/DEPAM-IPHAN

Sr.
LEONARDO BARRETO DE OLIVEIRA
Diretor do Depam
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Centro Empresarial Brasília 50 - SEPS 702/902, Bloco C, Torre A, Asa Sul
CEP: 70390-025 – Brasília/DF

Assunto: Processo de Tombamento n° 1643-T-12 Plataformas de Embarque da Estação Barão de Mauá-RJ
Referência: Caso responda este, indicar expressamente o Processo n° 01450.015190/2011-95.

Sr. Diretor,

Conforme foi discutido em reunião no dia 10 do corrente mês, referente ao prosseguimento do processo de tombamento 1643-T-12, Plataformas de embarque da Estação Barão de Mauá, apresentamos aqui informações sobre o andamento deste assunto específico, sem tratar da valoração da estação e pátio, que são objetos de outro processo:

1 - Ele foi aberto por pedido do Ministério dos Transportes, enviado em 28 de outubro de 2011 (Volume de Processo _1_Parte_1 (1084650) fl. 1), a fim de abrigar um centro documental e um centro de recuperação de veículos, peças e acervo;

2 - O processo foi encaminhado à Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro, onde foi redigido o parecer 119/13/COTEC/IPHAN-RJ, de autoria da arquiteta Joyce Kurrels Pena, datado de 10 de abril de 2013 (Volume de Processo _1_Parte_1 (1084650) ff. 17 e segs.), favorável ao tombamento da estação;

3 - O assunto foi igualmente analisado nesta Coordenação Geral, tendo sido emitido o parecer 01/2014, de 18 de fevereiro de 2014 (Volume de Processo _1_Parte_2 (1084660), ff. 97 e segs.), igualmente favorável ao tombamento;

4 - Finalmente, a Sr.^a Procuradora Federal Genésia Marta Alves Camelo emitiu o parecer jurídico 210/2014, de 11 de junho de 2014 (Volume de Processo _1_Parte_3 (1084666) ff. 204 e segs.), enviando o assunto para a Presidência do Iphan, para notificação.

5 - A notificação foi publicada no Diário Oficial da União em 10 de outubro de 2014 (Volume de Processo _1_Parte_3 (1084666), fl. 128), o bem passando a estar sob tombamento provisório desde então, algo que consideramos como extremamente negativo, dado o longo período de tempo decorrido desde então;

6 - O assunto foi encaminhado ao Conselho Consultivo, que não apreciou o pedido de tombamento, o último documento do processo datando de julho de 2017 (Volume de Processo _1_Parte_3 (1084666) fl. 147).

Do nosso ponto de vista, podemos afirmar, ainda que em uma leitura inicial, que os pareceres 119/13 e 01/14 são consistentes e suficientes para apreciação do Conselho Consultivo quanto ao valor da Estação em si. Cabem, contudo, algumas correções de imprecisões no que se refere as normas de intervenção no entorno. Considerando que normas de entorno não têm que necessariamente ser apreciadas e aprovadas pelo Conselho Consultivo, correções podendo ser feitas pelo corpo técnico do Iphan, em tese, o assunto poderia ser analisado de imediato pelo Conselho Consultivo.

Entretanto, não temos como recomendar o envio do assunto para o Conselho: os dados sobre o estado de conservação do Imóvel e de seu entorno contidos no processo são antigos, com perto de dez anos de idade. No período interveniente a situação, da estação e, principalmente, do entorno, se alteraram muito e não há no processo registros dessas modificações e até que ponto isso pode implicar em problemas para a apreciação do valor do bem tombado provisoriamente e quanto às normas de intervenção no mesmo e no entorno.

Tendo em vista este problema, solicitamos que o assunto seja remetido à Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro, para a realização de uma vistoria, tanto na estação quanto no seu entorno, para atualização do processo. Se houver nos arquivos da Superintendência documentos outras vistorias nessas duas áreas, também cremos que poderiam ser juntados em cópia ao presente processo, tendo em vista possibilitar ao Conselho Consultivo a maior quantidade de subsídios para sua decisão quanto ao tombamento definitivo ou não do bem.

Respeitosamente,
Adler Homero Fonseca de Castro
Coordenador-Geral de identificação e reconhecimento-CGID
Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM



Documento assinado eletronicamente por **Adler Homero Fonseca de Castro, Coordenador-Geral de Identificação e Reconhecimento**, em 13/05/2022, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3517688** e o código CRC **C3250F07**.

Centro Empresarial Brasília 50 - SEPS 702/902, Bloco C, Torre A - Bairro Asa Sul, Brasília. CEP 70390-025

Telefone: 6120246000 | Website: www.iphan.gov.br